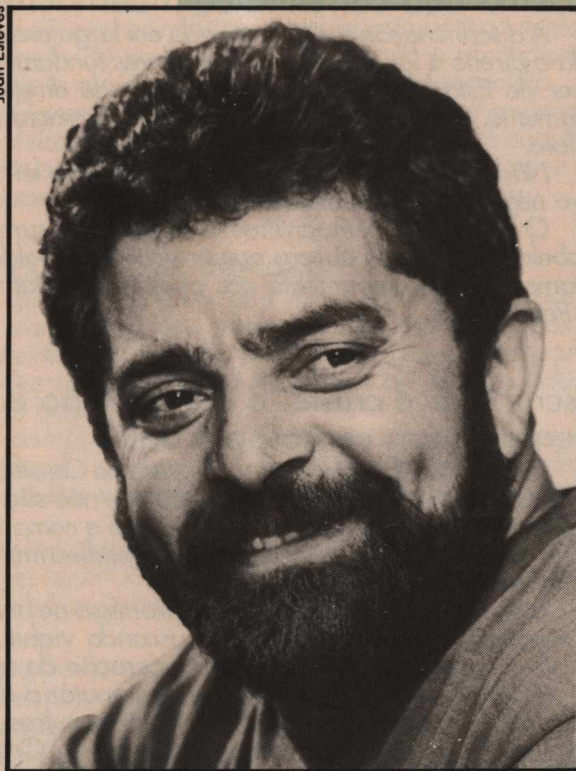


13 PROPOSTAS

DO GOVERNO LULA

Juan Esteves



Contra o Racismo

COLABORE COM
A CAMPANHA
LULA PRESIDENTE
DEPOSITE NO
BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA 3323-5
CONTA 13000-1

★ **Lula**
Brasil

Treze propostas contra o racismo

Construir um novo Brasil onde vigore, efetivamente, a igualdade de oportunidades e condições de vida, implica em avançar na análise da estruturação da sociedade para além da abordagem referente a exploração econômica, considerando, também, as desigualdades geradas pelos efeitos das discriminações raciais, sexuais, regionais e outras. A visibilidade à questão racial é essencial, pois em nossa sociedade a discriminação racial é um elemento distribuidor das oportunidades sociais e fator agravante da condição de trabalho e de vida do povo negro, que representa mais da metade da população brasileira. E nesta perspectiva que apresentamos os seguintes compromissos do Governo Lula:

1

Racismo não combina com democracia

A discriminação racial praticada em larga escala em nossa sociedade, viola o direito à igualdade, um dos pilares fundamentais da democracia. É dever do Estado assegurar a igualdade de direitos, de oportunidade e tratamento, de modo a transformar a democracia formal em democracia de fato.

Não basta a igualdade de todos perante a lei: é preciso assegurar ao povo negro condições dignas de vida.

O Governo Democrático e Popular assume o compromisso de estabelecer políticas públicas que promovam igualdade de oportunidade e tratamento, em cumprimento dos objetivos fundamentais da Constituição da República.

2

Discriminar é crime: a constituição e os tratados internacionais serão para valer

Discriminação racial é crime previsto na Constituição. Constatam também a Constituição, direitos do povo negro que não são respeitados na prática. O Governo Democrático e Popular assume o compromisso de implementar todos os dispositivos constitucionais antidiscriminatórios que forem de competência do Poder Executivo.

Mais do que isso: assume o compromisso de buscar o aperfeiçoamento da legislação antidiscriminatória, buscando viabilizar a plena utilização de instrumentos legais na luta pela superação do racismo.

Além da Constituição, o Brasil é signatário de importantes tratados internacionais antidiscriminatórios. Dentre outros, a Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas - ONU, e a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Assumimos o compromisso de fazer valer estes tratados, retirando-os da gaveta e colocando-os a serviço da cidadania do povo negro brasileiro.

3

Terra para os quilombolas

O artigo 68 das disposições constitucionais transitórias prevê a titularidade da terra aos remanescentes de quilombos.

Os quilombos são símbolos vivos da luta e da resistência negra contra o escravismo e o racismo. São símbolos da luta de Zumbi dos Palmares, herói negro que deverá merecer todas as homenagens no próximo ano, tricentenário de sua morte.

Por isso, o Governo Democrático e Popular deverá assegurar prontamente a emissão dos títulos de propriedade das terras das comunidades remanescentes de quilombos.

4

Salário igual para trabalho igual

Implementar efetivamente a Convenção 111 da OIT (que trata da discriminação no trabalho) e assegurar o desenvolvimento de programas de geração de empregos e de profissionalização, que contemplem os setores excluídos.

Instalar a Câmara sobre as discriminações já proposta pelo Ministério do Trabalho que deverá se ocupar de diagnósticos e propostas de políticas públicas e aperfeiçoamento da legislação antidiscriminatória.

Assegurar o princípio da não discriminação no preenchimento dos postos de trabalho controlados pela União e garantir a reforma agrária.

5

Violência racial no banco dos réus

A violência racial física, material e simbólica, atenta contra os direitos fundamentais do povo negro, submetendo-o a condição de sub-cidadão e expondo-o a um verdadeiro processo de genocídio.

O Governo Democrático e Popular deverá envidar todos os esforços para viabilizar o fim do foro especial para crimes cometidos por militares, e também assegurar políticas de segurança pública que combatam a ação dos grupos neonazistas e dos grupos de extermínio.

Enegrecer a comunicação

A discriminação racial é visível em nossos órgãos de comunicação. A construção de referências não estereotipadas e a presença do negro nesses órgãos são condições necessárias para quebrarmos as imposições que orientam a veiculação da propaganda e a comunicação em nosso país.

É compromisso do Governo Lula assegurar a representação proporcional dos grupos étnicos nas campanhas de comunicação do governo e das entidades que com ele mantenham relação econômica ou política.

Deverá garantir, ainda, o fim da veiculação de preconceitos, nos termos da Lei Nº 7.716, como uma das metas para a democratização dos meios de comunicação.

6

Educação para todas as raças

Assegurar a adoção da pedagogia interétnica na escola pública, de forma a implementar o artigo 242 da Constituição Federal.

Viabilizar uma ampla reavaliação dos livros didáticos, visando adequá-los à pluralidade racial do país e pondo fim à veiculação do preconceito através dos livros didáticos.

Desenvolver programas de formação permanente de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente a questão racial.

8

Futuro melhor para as crianças e adolescentes negros

Cerca de 75% das crianças e adolescentes assassinadas no Brasil são negros.

Além dessa brutal violência, a criança negra é sempre parte significativa dos indicadores de abandono da escola, trabalho infantil, moradores de rua, desnutrição e mortalidade, tráfico de crianças e degradação social da infância.

Impõe-se romper com este círculo vicioso que empurra as crianças e adolescentes negros para as ruas e toda sorte de violência.

As políticas globais do Governo Democrático e Popular, deverão contemplar o universo social da criança e do adolescente, negros e negras, de forma a dar-lhes acesso a educação, saúde, moradia e lazer de boa qualidade, respeitando-lhes suas particularidades, tradições, valores e história de vida.

9

Mulher negra: um basta a invisibilidade

A complementação entre as discriminações raciais e das mulheres, reafirmam para as mulheres negras maiores diferenças de oportunidades e condições de vida.

O Governo Lula deverá incorporar no desenvolvimento dos seus diversos pontos de programa (saúde, trabalho, educação, etc.), ações específicas que contemplem o binômio gênero/raça e a realidade vivenciada pelas mulheres negras.

10

Cultura negra é essência da cultura nacional

Reavaliar, reorientar e favorecer o processo de democratização da gestão da Fundação Palmares.

Promover o mapeamento e tombamento dos sítios e documentos detentores de reminiscências históricas, bem como a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

Desenvolver programas que assegurem igualdade de oportunidade e tratamento nas políticas culturais da União, tanto no que diz respeito ao fomento à produção cultural, quanto na preservação da memória, de modo a dar visibilidade aos símbolos e manifestações culturais do povo negro brasileiro.

São os compromissos do Governo Democrático e Popular para o reconhecimento e valorização da cultura negra.

11

Saúde com distinção de raça

Adoção no sistema público de saúde, de procedimento de detecção de anemia falciforme (nos primeiros anos de vida), hipertensão e miomatoses, males cuja incidência é maior na população negra.

É compromisso do Governo Democrático e Popular, a introdução do quesito cor nos sistemas de informação sobre saúde, incluindo os sistemas de informação sobre morbidade e mortalidade profissionais.

12

África é a raiz do Brasil

O continente africano é terra de origem da metade da população brasileira.

Por isso o governo Democrático e Popular assume o compromisso de reavaliar as políticas de relação com os países africanos, estabelecendo intercâmbios mutuamente benéficos e solidarizando-se com as lutas dos povos daquele continente.

13

Movimento Negro

Os setores organizados da população negra terão respeitados sua autonomia e independência e deverão ter papel ativo na definição das políticas públicas antidiscriminatórias do Governo Democrático e Popular.

Comitê Nacional de Negros e Negras - Lula Presidente

Av. Angélica, 35 - Barra Funda - CEP 01227-100 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 861.3155 ramal 265 - Fax: (011) 861.3258/861.3307



Lula Brasil

Veja também as outras propostas para:

Juventude	Educação	Criança e Adolescente
Mulheres	Assistência Social	Reforma Urbana
Terceira Idade	Esporte e Lazer	Meio-ambiente
Assuntos Indígenas	Cultura	Portadores de Deficiência
Saúde	Agrário	Sindical
As confissões, instituições e comunidades religiosas		

FRENTE BRASIL POPULAR PELA CIDADANIA - PT - PSB - PC do B - PPS - PCB - PSTU - PV